



## O FIM DO IMPÉRIO COGNITIVO: A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL COMO PAIDÉIA CONTEMPORÂNEA

  10.56238/costssbernovasper-007

**Ricardo Valim**

Lattes: 3074004049762932

ORCID: 0000-0002-7790-6148

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)  
Professor de Filosofia do IFRO Câmpus Porto Velho Calama, Porto Velho, Rondônia, Brasil  
E-mail: ricardo.vallim@ifro.edu.br

**Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles**

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9341194702829612>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5245-9193>

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia  
Pedagoga do IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus Porto Velho  
Calama  
E-mail: livia.santos@ifro.edu.br

**Márcia Cristina Florêncio Fernandes Moret**

Lattes: 0061145463575427

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia  
Pedagoga do IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus Jaru  
E-mail: marcia.moret@ifro.edu.br

**Marlene Rodrigues**

Lattes: 8359994534766008

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de  
Rondônia, Campus Porto Velho  
E-mail: Marlene.rodrigues@unir.br

### 1 INTRODUÇÃO

Depois de muitos séculos os povos originários estão cada vez mais ganhando voz e vez em uma multiplicidade de espaços digitais, estabelecendo novas fronteiras de conexões e de saberes para além do que um dia possa ter sido imaginado. Esses povos têm se dedicado a uma nova forma de demarcação, uma demarcação digital por via dos meios de comunicação.

Neste sentido, se torna indispensável que os povos originários busquem fazer a apropriação destes espaços acadêmico-intelectuais para criar novos laços de uma profunda identidade que visa uma virada epistêmica e normativa na sociedade. Superando exatamente aquele *modus operandi* cognitivo que descarta o pensamento das minorias ancestrais e estabelece como dogma a sua própria autorreferencialidade, com pretensões de universalidade.

É fato que os povos originários têm feito uso de dispositivos tecnológicos para preservar e divulgar suas culturas e proteger a natureza. Esse fator de necessidade de preservação cultural é indiscutível, mas torna-se necessário que aqueles indígenas que se propõe ao campo dos saberes

acadêmicos estejam abertos para obter os conhecimentos destes espaços institucionais também. Mesmo que haja por vezes conflito entre saberes, se faz necessário antes conhecer para depois estabelecer uma crítica bem fundamentada.

Através dos caminhos da filosofia de educação indígena, ou seja, o modo reflexivo de desenvolver os saberes e competências educativos dos povos originários, é possível levar esses sujeitos a um reposicionamento na história de nossa sociedade como protagonistas da construção deste país. Como é de conhecimento, estes povos que aqui habitavam a milhares de anos foram subjugados, massacrados e silenciados por uma cultura que veio de outro canto do planeta e que impôs de forma forçada o seu modelo colonial, que em consequência levou não somente a efetivação de genocídios, mas também de epistemicide. Não houve, portanto, qualquer tipo de possibilidade de dialética de troca de saberes, mas apenas uma dialética perversa de tutela e subjugação do outro da modernidade.

A atual conjuntura decolonial educativa clama pela necessidade de uma mudança de paradigmas para que outros saberes possam de fato terem espaço e manifestarem suas cosmologias, suas cosmovisões e sua busca por sabedoria, que é um caminho de interesse tanto da filosofia enquanto tal, mas também da educação.

Já na Grécia clássica havia a concepção formativa integral do ser humano. Não é uma novidade para nossos tempos, mas neste sentido surge uma pergunta: Será que a educação que hoje é exercida em nosso território nacional é de fato uma educação integral? Que visa uma formação que leve o ser humano ao desenvolvimento pleno do ser? Porque ao que tudo indica, estamos caminhando a passos lentos, sobretudo, após a elaboração de nossa carta magna brasileira, a Constituição da República Federativa de 1988, que em seus artigos 231 e 232 prevê a valorização e o reconhecimento dos componentes estruturantes das tradições originárias.

Porém, somente com a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que se prevê o estudo da história e da cultura, tanto negra quanto indígena, para formação da identidade social nacional, fazendo um resgate dessas mesmas contribuições em vários campos do desenvolvimento nacional.

## **2 ALGUNS ELEMENTOS DO MODELO DE EDUCAÇÃO NA GRÉCIA CLÁSSICA**

Ao se fazer uma análise sobre a formação do homem grego na antiguidade para servir de comparativo com a atual educação, nota-se algo muito curioso. Ao longo dos séculos o modelo educacional passou por diversas formas de transformações atendendo em cada momento a demanda oficial.

A educação grega, por exemplo, em seus primórdios e principalmente em seu auge já era muito avançada em relação aos demais povos da época e mesmo como o atual modelo educacional.

Faz-se necessária a explicação de que tal comparativo leva em conta que hoje existem outra gama de conhecimentos e as mais variadas tecnologias. Portanto, é preciso considerar que naquele período histórico particular: Sim! A educação grega era uma educação de excelência. Mas, não é possível negar que o “espírito grego”, como diria Werner Jaeger (2003) grande filólogo alemão e que escreveu uma belíssima obra intitulada “Paidéia: A formação do homem Grego” de 1936 tinha a firme convicção, o desejo, a vontade de evoluir e com qualidade, mas também tinha a forte inclinação, principalmente no que se referia em assegurar tal desejo, e condições para as gerações futuras. Era o mais puro desejo de educar para o bem, pois eles sabiam que cuidando bem de suas futuras gerações teriam um futuro bem assegurado.

Quanto melhor educadas as pessoas, melhor o Estado Grego seria administrado. Isso já ocorria naquele contexto histórico, que não pesava somente no momento presente, mas já manifestava esse *modus operandi* de ver para além do que se pode ver, alçando voos epistêmicos e normativos para assegurar a estabilidade social no futuro: “O Estado Grego, cuja essência só pode ser compreendida sob o ponto de vista da formação do homem e de sua vida inteira...” (JAEGER, 2003, p. 14).

Em outras palavras, os gregos antigos tinham como ideal aquela preocupação com a formação de seres humanos integrais e de modo pleno. Jaeger entende que era esta a intenção primeira dos gregos antigos, um constante aperfeiçoar-se e isso obviamente teria seu reflexo nas gerações posteriores. E se tal fato não fosse real, já havia se perdido nos porões do esquecimento da história da humanidade. O que ocorre é que os sintomas da assim chamada “Paidéia” estão presentes na cultura ocidental até os dias atuais, ou pelo menos o que sobrou de tal ideal.

Contudo essa história vivida já teria desaparecido há longo tempo se o homem grego não tivesse criado a sua forma perene.

Criou-se como expressão da altíssima vontade com que trabalhou seu destino. Nos estádios primitivos de seu crescimento não teve a ideia clara dessa vontade; mas, à medida que avançava no seu caminho, ia-se gravando na sua consciência, com clareza cada vez maior, a finalidade sempre presente em que sua vida se assentava: a formação de um elevado tipo de homem (JAEGER, 2003, p. 7).

Basicamente o que ocorreu foi a evolução gradual da mentalidade das pessoas referentes à educação e que resultou na construção de um indivíduo integral, completo e bem estruturado. O que este antigo e precioso sistema de ensino pretendia era “colocar os conhecimentos como força formativa a serviço da educação e formar por meio deles verdadeiros homens, como o oleiro modela a sua argila e o escultor as suas pedras (...)” (JAEGER, 2003, p. 13).

Talvez tal comparação entre escultor e oleiro se deva ao fato de existir uma observação do cotidiano e de como construir uma educação que se aplica perfeitamente a esta realidade. Um exemplo

clássico é o próprio surgimento da filosofia que em primeiro momento era uma forma de explicar os fenômenos naturais e as relações que mantinham com os seres humanos. A esta filosofia e aos seus seguidores ficaram rotulados como filósofos da natureza. Pois era uma forma de edificar o ser humano, para estar atento à realidade e assim torná-lo capaz de desvendar o universo.

Portanto, isto tem a ver “com a educação ser um processo de construção consciente do ser humano” (JAEGER, 2003, p. 13). O método grego de educação foi tão importante que até em outros períodos da história, inclusive o nosso, foi e é observado, interpretado com admiração.

Finalmente teve a pedagogia grega enorme energia procriadora. A civilização ocidental volta vistas periodicamente para ela, como ocorreu na Renascença e no século XVIII e como, em parte, ocorre em nossos dias. Essa faculdade criadora tem sido interpretada de várias maneiras, quase todas, porém coincidentes em reconhecer-lhe valor humanístico, de afirmação da personalidade livre sobre todas as circunstâncias políticas (LUZURIAGA, 1985, p. 44).

É preciso ainda salientar que não se trata aqui de um saudosismo, mas sim, um exemplo clássico de como foi vista e definida a educação para os antigos. Educar, para eles era algo muito mais profundo, precioso e que infelizmente com o passar dos séculos foi-se perdendo tal ideal. E para a humanidade este é um grande prejuízo.

Nas palavras de Schmitz, “o homem é um eterno insatisfeito. Ele quer a perfeição. Ele quer o absoluto. E sempre continua procurando.” (SCHMITZ, 1984, p. 183). A busca de superação é inerente ao ser humano de todas as épocas, bem como sua sede de conhecimento e as duas são semelhantes à necessidade de respirar. Ou seja, se o ser humano não respira ele morre, se não conhece e com isso se supera, define até o seu aniquilamento total. A perda, portanto, de uma educação cuja única meta é a edificação do homem leva-o para longe da sua grande vocação que é ser mais do que foi ontem.

Se não fosse assim os seres humanos não teriam conquistado e destruído reinos e assimilado suas culturas e impostas outras ao longo dos séculos. Nem teriam feito as descobertas dos assim chamados "Novos mundos" antes inimagináveis. Por sua vez, o ser humano havia conquistado o espaço.

Enfim, o desejo de saber o que está do outro lado do muro é natural, intrínseco e arraigado no cerne da humanidade. Arrancar isso ou pelo menos plantar idéias falaciosas neste terreno fértil e abundante é o mesmo que aniquilar a vida da humanidade.

### **3 SOBRE A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL**

A educação intercultural possibilita acesso a novas formas de conhecimento, possibilitando assim uma grande troca de saberes. Essa mesma educação permite lançar mão de uma crítica sobre si mesma como um dispositivo pensado e organizado por uma mentalidade colonizadora. Mas ao

mesmo tempo é também oportunidade de se fazer essa crítica de dentro para fora e por isso se faz necessário a ocupação dos espaços acadêmicos pelos povos originários com a finalidade de entender para criticar.

A educação se impõe com força colonizadora muitas vezes e explora suas potencialidades dentro de um contexto capitalista e mercantilista. Essa educação que já tem suas raízes nos primeiros dias do Brasil colônia e se estende até a contemporaneidade tem em sua objetividade a busca por integrar, tutelar os povos originários para que estes possam ser assimilados e diluídos dentro da cultura ocidental e mercantilista. Segundo Louis Althusser:

Mas, por outro lado, e ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as regras dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a bem falar, a redigir bem, o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e para os seus servidores) a mandar bem, isto é, (solução ideal) a falar bem aos operários, etc (ALTHUSSER, 1970, p. 21).

Neste sentido entende o autor que seria a escola o dispositivo essencial para que o Estado venha a imprimir suas características nas futuras gerações da sociedade, supostamente preparando a mesma segundo seus modelos de necessidades e interesses particulares. Isso aplicado à perspectiva indígena gerou verdadeiro epistemicídio e ocultação de saberes que não eram validados segundo uma perspectiva eurocêntrica.

Com o movimento indígena brasileiro nos idos dos anos 1970 começa-se a fazer uma forte reflexão sobre o papel da escola numa perspectiva decolonial e, sobretudo, intercultural para que não mais se repetissem os estigmas do passado onde os saberes ancestrais foram simplesmente oprimidos e marginalizados.

É preciso combater o mito que paira por sobre a educação intercultural de que a escola será apenas o espaço para a transmissão dos valores tradicionais e de currículo e tudo o mais que vier abarcar a perspectiva dos povos indígenas. Na verdade essa educação sim deve transmitir os saberes originários, mas é preciso considerar o fato de que este mesmo ambiente educacional deve propor ambiência para que os povos originários tenham possibilidade de absorver os conhecimentos científicos como forma de viabilizar uma mudança de consciência para a busca por reconhecimento do valor da vida e das tradições dos povos indígenas.

#### 4 ALGUNS PONTOS DA LDB SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Durante cinco séculos tentou-se em nosso país a uniformização do sistema educacional em que se os indígenas tivessem a oportunidade de ingressar não era algo acessível aos mesmos, haja vista que o ensino era ministrado na língua oficial e não na língua indígena originária de cada povo.

A mais de um século o Estado brasileiro desenvolveu a criação do controverso “Serviço de Proteção ao Índio” que tem o mérito de ser a primeira instituição com uma política própria voltada para questões indígenas e que mais tarde viria a se tornar a FUNAI - Fundação Nacional do Índio. Antes da Constituição, a educação era vista mais como uma espécie de assistência e não como um direito propriamente dito, lembrando que os indígenas não eram considerados cidadãos autônomos, mas eram apenas tutelados pelo Estado brasileiro.

O problema da assistência neste caso é que a depender da situação o gestor pode indeferir a educação caso não compreenda como necessária, diferentemente ocorre quando é um direito instituído e assegurado por lei. Mas foi somente na constituinte em 1987 e na promulgação da nossa carta magna, a Constituição Federal de 1988, que estes povos originários tiveram assegurados os direitos fundamentais enquanto seres humanos indígenas, de viverem na integralidade suas tradições e culturas, bem como fazer usufruto dos espaços geográficos a eles demarcados como entende os artigos constitucionais 231 e 232. A constituição de 1988 também garante o ensino bilíngue bem como entende a necessidade de alfabetização a partir da língua originária de cada povo.

Na LDB - Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) a educação escolar indígena tem características próprias, possibilitando aos povos originários a vivência de suas tradições, mas também o situando no espaço e tempo da sociedade contemporânea.

A questão da educação indígena relativa ao ensino fundamental aparece no Artigo 32 em que explicita que seu ensino se dará em língua portuguesa, mas está assegurado às comunidades indígenas que poderão fazer uso de seus processos particulares de ensino e aprendizagem, bem como o ensino através de sua língua própria.

Quando se assume que existem processos próprios de aprendizado entende-se que não existe apenas uma única forma de aprender. Cada cultura tem seu processo e lhes é assegurado o direito de fazer uso dos mesmos em classe. Não basta, portanto, trazer somente o produto final da cultura indígena para a sala de aula, mas é preciso que de fato sejam preservados todos os processos anteriores das tradições. Esse fator é de suma importância porque garante ao povo originário a continuidade de sua cultura e seus usos e costumes singulares.

Este direito está consolidado no Artigo 78 que aponta para uma educação intercultural que seja bilíngue e tenha aspectos interculturais proporcionando o resgate histórico de suas tradições e culturas, que como vimos durante muito tempo foram negligenciadas pela instauração do império

cognitivo colonial. A educação bilíngue não somente possibilita a preservação como enriquece a cultura de todos nós.

Estima-se que no período da descoberta do Brasil existiam cerca de 1500 línguas originárias em todo o território. Hoje, após cinco séculos, existem cerca de 274 línguas existentes entre as etnias que sobreviveram aos processos exploratórios. Cada língua conta uma história e possui em si uma cosmovisão e um modo de compreender a realidade. Quando morre uma língua, morre com ela também toda uma história de um povo. Essa atitude decolonizadora de valorização das tradições ancestrais permite aos povos originários a reafirmação de suas próprias identidades humanas e culturais.

No Artigo 79 acontece algo inovador e que mexe com a estrutura educacional. Os indígenas têm seu direito assegurado de participação e gestão democrática da educação através da elaboração de materiais didáticos específicos e discussão dos planos educacionais para que de fato possam eles mesmos serem os protagonistas de sua educação.

Refletindo sobre os artigos supracitados pode-se notar que a LDB deixa bem evidente que a educação indígena deve ser ela constituída de um caráter diferenciado em relação às demais instituições de ensino. Ou seja, deve contemplar as suas cosmologias, as suas filosofias, também os seus modos de vida e as línguas originárias. Vivemos em um país em que não é falado somente o português, embora seja a língua oficial, mas na verdade existe uma pluridiversidade linguística dos povos originários e que deve ser observada e considerada.

Também às instituições de ensino indígena fica assegurado o direito de ser protagonista na elaboração de seu próprio Projeto Político Pedagógico que é basicamente o documento que rege a identidade da ambiência escolar e quais serão suas principais características. Um exemplo disso é o que prevê o Artigo 23 que dá a possibilidade às comunidades originárias a estabelecer seu processo educacional em séries anuais, períodos semestrais, grupos não seriados, por faixa etária ou como melhor for pensado segundo a realidade local.

Outro exemplo é o exposto no Artigo 26 que considera a importância de serem considerados elementos próprios da regionalidade e localidade em que está inserida a comunidade indígena. Atentos a estes aspectos os gestores educacionais locais terão mais chances de atingir os objetivos referentes ao ensino fundamental.

Nota-se que neste sentido a LDB tem possibilitado uma ampla abertura para que os povos originários possam eles mesmos serem os protagonistas de um novo capítulo de uma história que agora é contada por eles mesmos no campo educacional. Desde modo é possível oferecer aos discentes o melhor processo educacional possível bem como garantir a perpetuação das tradições originárias.

Essa conquista educacional tem possibilitado a volta daquele conceito de formação do ser humano integral, afinal, o que é o ser humano sem sua cultura. A educação indígena possibilita então o seguimento dessa tradição cultural tão necessária, bem como assegura a identidade peculiar de cada nação indígena através dos processos educacionais escolares.

Através da ambiência escolar os povos indígenas podem acessar outros conhecimentos além é claro de promover e preservar os seus saberes originários que já tem desde a mais tenra idade. Também essa mesma educação em uma perspectiva mais profunda permite aos interessados reflexão sobre os aspectos relativos ao território porque basicamente não é possível pensar os povos indígenas sem sua relação com a natureza e, por conseguinte, com seus espaços territoriais e sua profunda relação de coletividade com o meio ambiente. Essa é uma temática de suma importância que deve ganhar espaço nas discussões dentro e fora da sala de aula porque é elemento constituinte da realidade destes povos originários.

## 5 O CONCEITO ATUAL DE EDUCAÇÃO

Ao longo do tempo e seguindo as tendências de cada época, a educação foi ganhando contornos diversos daquele ideal dos gregos antigos e mesmo dos povos originários. Tornamos-nos o povo da mercadoria, como sintetiza Davi Kopenawa, e isso tem seus efeitos em todos os espaços da vida humana, inclusive o campo educativo. Ou seja, neste mundo de estilo empresarial, racional, num mundo em que se procura o lucro instantâneo, a administração das crises e a limitação dos danos, qualquer coisa que não possa provar eficácia instrumental é um tanto evasiva? (BAUMAN, 2009, p. 39).

Portanto, não existe mais aquele ideal, aquela preocupação com a formação de seres humanos integrais e de modo pleno. Pois era este o ideal grego, uma educação que trabalhasse o ser humano de todos os modos. Seja de modo físico, intelectual e também espiritual. Basicamente o que ocorreu foi à evolução gradual da mentalidade das pessoas referentes à educação e que resultou na construção de um indivíduo integral, completo e bem estruturado. É preciso ainda salientar que não se trata aqui de um saudosismo, mas sim, um exemplo clássico de como foi vista e definida a educação para os antigos. Educar, para eles era algo muito mais profundo, precioso e infelizmente com o passar dos séculos foi-se perdendo tal ideal.

A educação as portas deste novo século que se abre são vistas muito mais com motivos políticos e comerciais do que realmente preocupada com a evolução saudável do ser humano. Tal afirmação reside nas entrelinhas dos discursos apoteóticos do estado e da sociedade. Segundo Zygmunt Bauman, “para a maioria dos estudantes, a educação é acima de tudo uma porta de entrada

para o emprego. Quanto mais ampla a passagem e melhores as recompensas do árduo trabalho, melhor” (BAUMAN, 2009, p. 41).

Nenhum governo em sã consciência deseja criar em seus domínios seres inteligentes o suficiente a ponto de contestar as decisões estatais. Não é à toa que o ensino do pensar reflexivo, filosofia, foi banido do Brasil no período da ditadura. Criou-se em nossa sociedade uma cultura em que: “História Antiga, música, filosofia e coisas que afirmam fortalecer o desenvolvimento pessoal, e não a vantagem comercial e política, dificilmente engrossam os números e índices de competitividade” (BAUMAN, 2009, p. 40).

Com esta limitação do grau de visão do ser pela busca de uma educação maior fica evidente que cada vez será mais fácil governar sem oposição. E no fundo quem sempre sai perdendo são as novas gerações que vão crescendo com conceituações e visões de mundo defasadas, como é o caso da educação cujo único significado hoje é o de abrir portas para um bom emprego.

O ser humano existe para muito mais, segundo Aristóteles, “todos os homens têm por natureza o desejo de conhecer...” (ARISTÓTELES, 1979, p. 11). Mas se em uma cultura o ensino é apenas repassado com uma segunda intenção sem grande perspectiva, além, é claro, de uma perspectiva mecanicista como já fora mencionado, logo se aprende como foi ensinado.

A Paidéia contemporânea não tem mais o objetivo de “colocar os conhecimentos como força formativa a serviço da educação e formar por meio deles verdadeiros homens, como o oleiro modela a sua argila e o escultor as suas pedras...” (Cf. JAEGER, 2003, p. 13). Muito pelo contrário, a Paidéia contemporânea tem por único objetivo “... ajudar o governo a vencer a próxima eleição” (BAUMAN, 2009, p. 40). Como já foi dito, não existe, portanto, a preocupação “com a educação ser um processo de construção consciente do ser humano” (JAEGER, 2003, p. 13). Mas sim, não como a máquina estatal e os demais interessados podem se beneficiar de tal realidade.

Infelizmente, enquanto houver este jogo mesquinho de interesses será impossível termos uma educação de qualidade voltada para a edificação do ser humano. Sempre estaremos presos aos grilhões ditatoriais semelhantes aos que alegoriza Platão no livro VII da República. Onde só veremos e ouviremos o que os detentores da “verdade” querem que vejamos.

Este totalitarismo intelectual, invisível, sorrateiro e venenoso é o que vem matando lentamente nossa sociedade, impedindo-a de avançar cada vez, mais rumo ao desconhecido e obscuro futuro que nos assombra. Segundo Zygmunt Bauman: “Precisamos da educação ao longo da vida para termos escolha. Mas precisamos dela ainda mais para preservar as condições que tornam essa escolha possível e a colocam ao nosso alcance” (BAUMAN, 2009, p. 166). A educação, portanto, é o passaporte para a preservação de nossas escolhas e as nossas responsabilidades que surgem devido a tais escolhas.

## 6 POR UMA NOVA PAIDÉIA: DAVI KOPENAWA E O CAMINHO DE SABEDORIA EM A QUEDA DO CÉU

Davi Kopenawa é o retrato vivo dos intelectuais indígenas brasileiros contemporâneos. Seus escritos estão permeados de uma sabedoria que provém de uma fonte que transcende o espaço e o tempo e se ancora nas crenças Yanomami mais profundas. Essa tradição que confere sentido aos pertencentes a cultura Yanomami agora pode ser compartilhada com outros tantos que não fazem parte daquele núcleo epistêmico graças ao trabalho de Bruce Albert.

O conteúdo esboçado dentro da obra visa mais do que somente uma viagem pela cosmovisão Yanomami, mas também são páginas de encontros de cosmovisões onde se pode acessar uma cultura que até então não pode dizer por ela mesma a sua própria definição.

O leitor também pode fazer uma experiência mística e filosófica no caminho em busca por sabedoria através dos relatos do autor que soam muitas vezes como um convite para o aprofundamento da compreensão deste universo.

Durante todo o percurso da obra é possível identificar os elementos da cultura Yanomami presentes no escrito, é como se autor e tradição não pudessem em hipótese alguma se separarem. Esse fato é importante porque reflete um pouco de como funciona a racionalidade indígena brasileira contemporânea que não consegue ou minimamente entende que não pode separar suas origens da obra composta.

## 7 UM CONVITE A VIRADA EPISTÊMICA

A obra “A Queda do Céu” é um convite para uma virada epistêmica na medida em que estimula a todo aquele que trilhar o caminho de suas páginas que o pensamento indígena Yanomami se situa em uma outra esfera que não a ocidental. A floresta nesta perspectiva não é um recurso material ou natural. É mais do que isso porque se situa para além de meras compreensões mercantilistas.

Davi Kopenawa visa uma aproximação consciente dos seres humanos destes espaços naturais como forma de entender uma dinâmica que não a capitalista predatória que muitas vezes temos destes espaços que são sagrados para as culturas ancestrais. Neste sentido Kopenawa (2015) que levar os seres humanos brancos a uma compreensão mais profunda onde possam eles entender a dinâmica espiritual da floresta:

Quero fazê-los escutar a voz dos xapiri, que ali brincam sem parar, dançando sobre seus espelhos resplandecentes. Quem sabe assim eles queiram defendê-la conosco? Quero também que os filhos e filhas deles entendam nossas palavras e fiquem amigos dos nossos, para que não cresçam na ignorância. Porque se a floresta for completamente devastada, nunca mais vai nascer outra. Descendo desses habitantes da terra das nascentes dos rios, filhos e

genros de Omama. São as palavras dele, e as dos xapiri, surgidas no tempo do sonho, que desejo oferecer aqui aos brancos. Nossos antepassados as possuíam desde o primeiro tempo. Depois, quando chegou a minha vez de me tornar xamã, a imagem de Omama as colocou em meu peito. Desde então, meu pensamento vai de uma para outra, em todas as direções; elas aumentam em mim sem fim. Assim é. Meu único professor foi Omama. São as palavras dele, vindas dos meus maiores, que me tornaram mais inteligente. Minhas palavras não têm outra origem. As dos brancos são bem diferentes. Eles são engenhosos, é verdade, mas carecem muito de sabedoria (KOPENAWA, 2015, p. 65).

É interessante a humildade de Davi ao colocar a disposição para o ensino das coisas mais elevadas e sagradas de povo para os brancos. Este fator é importante porque revela uma importante abertura para o diálogo que pode com sucesso produzir bons frutos refletidos na paz e preservação tanto dos costumes antigos como também da proteção ambiental mesma. Kopenawa fala dessas coisas porque é um homem que conhece suas origens e sobretudo seu lugar de fala e por isso mesmo possui autoridade suficiente para se posicionar frente às mudanças agressivas pelas quais tende a passar nossa sociedade. A voz do ator é uma voz que clama para que a humanidade volte às suas origens mais profundas como forma de reconhecer e preservar os valores presentes em nossa natureza.

É preciso sempre trazer a mente de forma consciente que dentro da espiritualidade dos povos originários a natureza é fruto da criação das divindades ancestrais que através de sua sabedoria infinita soube criar tudo que existe inclusive os ritos e costumes de cada povo, portanto, nada é por acaso em meio a natureza, mas tudo está repleto de sentido. Pois, segundo Davi Kopenawa foi:

Omama tinha muita sabedoria. Ele soube criar a floresta, as montanhas e os rios, o céu e o sol, a noite, a lua e as estrelas. Foi ele que, no primeiro tempo, nos deu a existência estabeleceu nossos costumes. Ele também era muito bonito (KOPENAWA, 2015, p. 70).

Essa compreensão da realidade é fundamental para um povo como é o caso dos Yanomami. Como o sentido de sua existência está estritamente arraigado a dinâmica do cosmos circundante é compreensível o fato do encontro com a sabedoria que está nestes vastos espaços naturais. Se de fato tudo foi criado com e pela força da sabedoria de Omama, logo nada mais natural do que estarmos sendo beneficiados com a possibilidade de obter toda essa sabedoria que emana de tudo que existe.

A sabedoria proveniente de Omama colocou no seu devido lugar segundo sua vontade e inteligência. É interessante, por exemplo, observar e considerar o argumento do Yanomami referente a forma como une perfeitamente a tradição de seu povo para explicar a explosão demográfica no mundo e o como ela afeta de forma direta as comunidades originárias vivem:

Omama depositou a espuma com a qual criou os antigos brancos muito longe de nossa floresta. Deu-lhes uma outra terra, distante, para nos proteger de sua falta de sabedoria. Mas eles copularam sem parar e tiveram mais e mais filhos. Então, foram tomados de euforia, fabricando um sem-número de mercadorias e máquinas. E acabaram achando sua própria terra apertada. Ainda guardavam de seus avós antigas palavras acerca dos habitantes de Hayowari e sua floresta. Então declararam a seus filhos: “Existe, bem longe, uma outra terra,